Fl. Nº 97
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

Resolução Nº 095/2017

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Aprova Projeto do Curso de Especialização em Direito e Democracia.

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de suas atribuições tendo em vista a decisão do mesmo Conselho, em reunião de 29/06/2017, do mesmo Conselho, e considerando:

- o Processo Nº 23111.000766/2017-99;

RESOLVE:

Aprovar o **Projeto do Curso de Especialização em Direito e Democracia,** vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação/PRPG e ao Centro de Ciências Humanas e Letras/CCHL, da Universidade Federal do Piauí, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 04 de julho de 2017

Nadir do Nascimento Nogueira
Vice-Reitora, no exercício da Reitoria

Fl. Nº 98
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE DIREITO

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
DIREITO E DEMOCRACIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E DEMOCRACIA

MAIO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO.

1.1. Denominação do curso

Pós-graduação em *Direito e Democracia.*

1.2. Área de Conhecimento

- 6.01.00.00-1 - Direito

1.3. Equipe de Elaboração

- Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima
- Nelson Juliano Cardoso Matos
- Raul Lopes de Araújo Neto
- Samuel Pontes do Nascimento
- Gabriel Rocha Furtado

1.4. Unidade Executora

- Departamento de Ciências Jurídicas

1.5. Forma de Oferta

- Presencial

2. JUSTIFICATIVA.

A formação especializada em Direito é uma exigência social e política do nosso tempo. Mas enquanto as questões contemporâneas do Direito necessitam de profissionais continuamente atualizados e capazes de solucionar problemas técnicos específicos, também requerem competências interdisciplinares e globais.

O Estado do Piauí ainda é o único do Nordeste Brasileiro a não sediar um programa de pós-graduação *stricto sensu* na área do Direito, e com isso, apesar da alta qualidade de seus cursos de graduação ainda há grande carência de centros de formação jurídica vocacionados à reflexão crítica e à pesquisa.

Esta é a proposta da presente pós-graduação *lato sensu*: com uma matriz fortemente interdisciplinar, o curso oferece uma formação aprofundada em teorias jurídicas contemporâneas, habilitando o discente tanto para uma prática profissional mais segura e cientificamente fundamentada, quanto para a docência superior.

Fl. Nº 99
Processo nº: 0007661-47-99
Rubrica:

3. HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS.

Os cursos jurídicos no Brasil foram criados em 1827 (em Olinda e em São Paulo). A Faculdade de Direito do Piauí foi criada em 25 de março de 1931 (a 16ª do Brasil), com a aprovação dos seus Estatutos.

O Decreto nº 1196, de 1º de abril de 1931, do Interventor do Estado, reconheceu a Faculdade como estabelecimento de ensino superior. Em 14 de abril do mesmo ano, a Faculdade foi instalada no prédio da Assembleia Legislativa. Pelo Decreto nº 864, de 10 de junho de 1936, o Presidente da República concedeu o reconhecimento federal (equiparação) à Faculdade de Direito do Piauí.

Em 27 de junho de 1936, colou grau a primeira turma de bacharéis da Faculdade. Atendendo à nova regulamentação federal, a Faculdade de Direito do Piauí obteve novamente reconhecimento federal, agora definitivo, pelo Decreto-Lei nº 17.551, de 9 de janeiro de 1945.

Em 1947/1948, a Faculdade foi instalada em nova sede na Praça Demóstenes Avelino, permanecendo no mesmo lugar até 1971. A Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, federalizou a Faculdade de Direito do Piauí, tornando-a parte do sistema federal de ensino superior, mantido pela União.

A Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, autorizou a criação da Universidade Federal do Piauí, com a integração da Faculdade de Direito do Piauí. Em 1971, foi instalada a Universidade Federal do Piauí (abrangendo a antiga Faculdade de Direito como Departamento de Ciências Jurídicas).

A estrutura administrativa da Universidade Federal do Piauí é organizada em três esferas: Administração Superior, Administração Setorial e Administração de Base. A Coordenação do Curso de Direito e o Departamento de Ciências Jurídicas são as duas unidades de base responsáveis pelas condições de oferta do Curso de Direito da Universidade. Ambas estão vinculadas ao Centro de Ciências Humanas e Letras (Administração Setorial).

A Administração Superior é dirigida pela Reitoria (Reitor e Pró-Reitores). Em cada esfera, um órgão colegiado, representativo da comunidade universitária, exerce as funções deliberativas: o Colegiado do Curso de Direito, a Assembleia Departamental do Departamento de Ciências Jurídicas, o Conselho Departamental do Centro de Ciências e Letras, o Conselho de Administração, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário (os três últimos no âmbito da Administração Superior). Todos os órgãos deliberativos asseguram a representação de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos (exceto o Colegiado do Curso, sem a representação do terceiro segmento).

4. OBJETIVOS.

4.1. Geral

Contribuir para a formação de profissionais habilitados ao exercício da prática jurídica e da reflexão crítica sobre teorias contemporâneas do direito.

4.2. Específicos

Proporcionar aos discentes as bases teóricas para a compreensão interdisciplinar da democracia brasileira, notadamente dos novos arranjos institucionais na ordem civil, social e econômica.

Oferecer uma formação superior, em nível de pós-graduação *lato sensu*, fornecendo orientações para uma atuação no campo jurídico que assume o direito como parte do complexo arranjo institucional do Estado.

Direcionar a pesquisa e a reflexão jurídicas, dentro das novas práticas institucionais, para a busca do desenvolvimento social e econômico numa sociedade pluralista, complexa e democrática.

5. PÚBLICO ALVO.

Profissionais interessados numa compreensão interdisciplinar do Direito, a partir das implicações dos novos arranjos institucionais na ordem civil, social e econômica sobre a concepção democrática de Estado.

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito e Democracia a ser desenvolvida pelo Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí, visa proporcionar uma sólida formação acadêmica e atender a demanda de qualificação de Operadores do Direito e Docentes de Cursos de Bacharelado em Direito.

A criação do curso faz parte de um conjunto de iniciativas do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPI para criar o Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito. Por essa razão, o curso será ministrado por corpo docente qualificado, com a missão de desenvolver um ambiente de formação continuada comprometido com o conhecimento científico atualizado. É um curso vocacionado para dar aos estudantes uma visão interdisciplinar do Direito, a partir dos diversos universos acadêmicos dos quais os docentes são originários. Por essa razão, constitui uma proposta única e inovadora, diferenciando-se, a nível de pós-graduação *lato sensu*, do modelo normalmente destinado às especializações segmentadas por disciplina ou ramo do direito.

Fl. Nº 100
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

Aos discentes que concluírem o presente curso será concedido título de especialista em ***Direito e Democracia.***

7. COORDENAÇÃO, SECRETARIA ACADÊMICA E ADJUNTA.

7.1. Coordenador Acadêmico

RAUL LOPES DE ARAÚJO NETO

- Doutor em Direito, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva
- Lotado no DCJ/UFPI
- CPF nº 677.185.073-00, E-mail: raullopes@ufpi.edu.br
- Telefones: 3215.5775 e 3215.5776
- Endereço Profissional: Centro de Ciências Humanas e Letras, Sala 340A
- Advogado e professor universitário vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí onde leciona as disciplinas de Direito Tributário e Direito Previdenciário. É graduado em Direto pela Universidade de Fortaleza, Especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Doutor em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui como áreas de pesquisa: Direito Tributário Contemporâneo e Previdência Social
- Membro do Núcleo Docente Estruturante da Coordenação do Curso de Direito da UFPI

7.2. Coordenador Acadêmico Adjunto

NOME: NELSON JULIANO CARDOSO MATOS

- Doutor em Direito, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva
- Lotado no DCJ/UFPI
- CPF nº 433.462.603-30
- E-mail: njcmatos@gmail.com
- Telefones: 3215.5775 e 3215.5776
- Endereço Profissional: Centro de Ciências Humanas e Letras, Sala 340A
- Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Piauí (professor do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Mestrado em Ciência Política) e Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da mesma instituição, onde foi Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas, Coordenador do Curso de Direito, Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e Coordenador do Projeto Cajuína (Centro de Assessoria Jurídica Popular de Teresina). Foi, também, Coordenador Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB), Diretor Científico da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi) e Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/PI. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, republicanismo, liberdade, pragmatismo e judicialização da política

7.3. Secretária Acadêmica

NOME: FRANCISCO CARLOS LOPES DA SILVA

- CPF 200.410.633-68
- Lotada no DCJ/UFPI
- Telefones: 3215.5775 e 3215.5776
- Endereço Profissional: Centro de Ciências Humanas e Letras, Sala 340^
- Data de admissão: 19/03/1981 – Matrícula SIAPE: 0423046 – Cargo: Assistente em Administração - UNIDADE DE EXERCÍCIO: Departamento de Ciências Jurídicas – Formação Acadêmica: 2011 Graduação em Gestão de Recursos Humanos Estratégico – Formação Complementar 2010 Curso de curta duração de Cidadania e Ética no Serviço Público - 2010 Fórum de Gestão Pública "Garantia da Implementação das Políticas Públicas" - 2010 Curso de Operador de Microcomputador – Atividades desenvolvidas na UFPI: 2013 Assessor do Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras - 1998 Chefe da Divisão de Patrimônio da UFPI.

8. CARGA HORÁRIA.

O Curso de Especialização em *Direito e Democracia* terá a duração de 540 (quinhentos e quarenta) horas/aula, distribuídas em créditos, não sendo computado o tempo de estudo individual ou em grupos sem assistência docente.

8.1. **Detalhamento da Carga Horária:**

- Carga Horária de Aulas Teóricas: 450 (quatrocentas e cinquenta) horas/aula
- Carga Horária para Trabalho de Conclusão de Curso: 90 (noventa) horas/aula
- Carga Horária Total: 540 (quinhentos e quarenta) horas/aula

8.2. **Estrutura Curricular**

MÓDULOS	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
I	Metodologia da Pesquisa	2.0.0	30 horas
	Constitucionalismo Latino-Americano	2.0.0	30 horas
	Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito	2.0.0	30 horas
	A Efetividade dos Direitos Sociais na Constituição	2.0.0	30 horas
	Teoria Geral do Direito Previdenciário	2.0.0	30 horas
	Estado e Trabalho	2.0.0	30 horas
	Hermenêutica Jurídica e Jurisdição Constitucional	2.0.0	30 horas
II	Estado Contemporâneo e Políticas Públicas	2.0.0	30 horas
	Direito Administrativo e Democracia	2.0.0	30 horas
	Teoria dos Direitos Fundamentais	2.0.0	30 horas
	Direitos Fundamentais e Cultura	2.0.0	30 horas

Fl. Nº 101
Processo nº: 0007661/17-99
Rubrica:

	O Processo na Construção do Estado Democrático de Direito	2.0.0	30 horas
	Reformas no Estado e a Ideologia Constitucionalmente Adotada	2.0.0	30 horas
	Novos Direitos Fundamentais no Direito Privado: a Teoria do Consentimento Informado na Era Digital	2.0.0	30 horas
	Direito do Consumidor e a Economia	2.0.0	30 horas
III	Orientação	4.0.0	90 horas
	Carga Horária Total		**540 horas**

O curso é formado por 3 (três) módulos. O primeiro será ministrado durante o segundo semestre de 2017, o segundo no primeiro de 2018 e o terceiro no segundo semestre de 2018.

9. PERÍODO E PERIODICIDADE.

O curso terá duração mínima de 15 (quinze) e máxima de 18 (dezoito) meses.

9.1. Período de duração

- Início – 21/08/2017
- Término – 31/11/2018

9.2. Carga horária por turno

As aulas serão ministradas nos dias de Segunda, Terça e Quarta das 18h – 22h, com horário alternativo de Sexta das 18h – 22h e Sábado das 8h – 12h e das 14h – 18h.

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

Disciplina	***Metodologia da Pesquisa***
Ementa	Os tipos da pesquisa jurídica. A elaboração do problema e das hipóteses no direito. As partes componentes de um projeto. As fases de uma pesquisa. Coleta de dados. Formas de citação e referências bibliográficas. Apresentação do relatório final (ou da monografia). Defesa do trabalho.
Ministrante	Prof. Dr. JESUSMAR XIMENES ANDRADE
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. BARRAL, Welber. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. BOOTH, W. C. ; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J.M. *A arte da pesquisa*. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2005. CASTRO, C.M. *A Prática de Pesquisa*. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

	MARCHI, E.C.S. *Guia de metodologia jurídica: teses, monografias, e artigos*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. QUEIROZ, R.M.R.; FEFERBAUM, M. (coord.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012. NICOLAU, Jairo. "Breve roteiro para redação de projetos de pesquisa". *Revista Estudos Políticos*, n.6, p.345-353, 2013. Disponível em: http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2013/10/6p345-353.pdf. Acesso em: 10/11/2016. ROBENNOLT, J. J. "Evaluating Empirical Research Methods: Using Empirical Research in Law and Policy". *Nebraska Law Review*, Lincoln (NE), v. 81, 2003, p. 777-804. Disponível em: http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1341&context=nlr. Acesso em: 10/11/2016. SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. *Metodologia da pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2013. VOLPATO, G.L. *Bases teóricas para redação científica*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Vinhedo: Scripta, 2007.

Disciplina	***Estado Contemporâneo e Políticas Públicas***
Ementa	As funções e metamorfoses do Estado no século XX. Os vínculos entre Estado, Sociedade e Capitalismo e os limites à atuação do Estado no Mundo Contemporâneo. As relações entre Estado e Capitalismo. Globalização e Reforma do Estado. A Economia Política do século XXI: As Variedades de Capitalismo. Estado e Políticas Públicas
Ministrante	Professor Pós-Doutor CLEBER DE DEUS
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	AVELAR, Lúcia; CINTRA, Octávio A. (Orgs). *O Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*. São Paulo: Ed. UNESP, 2015. BIZBERG, Ilán. *Variedades de Capitalismo en America Latina: los casos de méxico, brasil, argentina e chile*. El colégio de México, 2014. BIRKLAND, Thomas A. *An Introduction to the Policy Process: theories, concepts, and models of public policy making*. London: Routledge, 2015. CHRISTOTHER, Wylde. *Latin América after Neoliberalism*. London: Palgrave, 2012. CREVELD VAN, Martin. *Ascensão e Declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. EBINEAU, Mathias. *New Directions in Comparative Capitalisms Research*. New York: Palgrave Macmillan, 2015. EICHNGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. São Paulo: Editora 34. 2ª Edição, 2012. GERSTER-FLEINER, Thomas. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. HALL, Peter, SOSKICE, David. *Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford University Press, 2001.

Fl. Nº 102
Processo nº: 000766117-99
Rubrica:

	HANCKÉ, Bob. *Debating Varieties of Capitalism: a reader*. Oxford University Press, 2009. HELD, Davi & MCGREW Anthony. *Globalization Theory*. Boston: Cambridge University Press, 2007. IVERSEN, Torben. *Capitalism, Democracy, and Welfare*. New York: Cambridge University Press, 2005. LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. São Paulo: Editora Erealizações, 2014. MUELLER, Dennis C. *The Oxford Handbook of Capitalism*. New York: Oxford University Press, 2012. PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Socialdemocracia*. São Paulo: Editora Schwarcz Loiola, 1989. SCHNEIDER, Ben Ross. *Hierarquical Capitalism in Latin America*. New York. Cambridge University Press, 2013. SHRODER, Martin. *Intregating Varities of Capitalism and Welfare State Research*. New York: Palgrave Grave Macmillan, 2013.

Disciplina	***Direito do Consumidor e a Economia na Era Digital***
Ementa	Vulnerabilidade e Hipervulnerabilidade do consumidor na internet. Comportamento do consumidor na era digital: consumismo. Comunicação de massa e publicidade de consumo. Economia do engano e superendividamento. Responsabilidade nas relações de consumo por meio da internet. Tutela coletiva do consumidor.
Ministrante	Prof. Dr. DANTE PONTE DE BRITO
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	ALMEIDA, João Batista de. *A Proteção Jurídica do Consumidor*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. BRITO, Dante Ponte de. *A publicidade na internet e a violação dos direitos do consumidor*. Parnaíba: A 3 Gráfica, 2009. BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. *O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. VASCONCELOS, Fernando Antônio de. *Internet: responsabilidade dos provedores pelos danos praticados*. Curitiba: Juruá, 2003.

Disciplina	***Novos Direitos Fundamentais no Direito Privado: a Teoria do Consentimento Informado***
Ementa	Novos direitos fundamentais no direito privado. Evolução histórica da teoria do consentimento informado. A natureza jurídica do consentimento informado. Consentimento informado e a tutela da informação. Consentimento informado e a tutela da liberdade. Consentimento informado e a tutela da integridade física.

Ministrante	Prof. Dr. ÉFREN PAULO PORFÍRIO DE SÁ LIMA
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	DIAS PEREIRA, André Gonçalo. *O consentimento informado na relação médico-paciente*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. ESPÍNDOLA CORRÊA, Adriana. *Consentimento livre e esclarecido: o corpo objeto de relações jurídicas*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010. García Lerena, Viviana María. *Una Concepción iusfundamental del consentimiento informado: la integridad física en investigación y medicina*. Oviedo: Junta General del Principado de Asturias [etc.], 2012. GONZÁLEZ LEÓN, Carmen. "La protección del paciente y el consentimiento informado", In *Separata de Lex Medicinae - Revista Portuguesa de Direito da Saúde*. Ano 6, nº 12, 2009. GUZ, Gabriela. "O consentimento livre e esclarecido na jurisprudência dos tribunais brasileiros'. In *Revista de Direito Sanitário*, 2010, Vol. 11, nº 1, 2010, págs. 95/122. JOPPERT RAGAZZO, Carlos Emmanuel. *O dever de informar dos médicos e o consentimento informado*. Curitiba: Juruá, 2006. MARTINEZ-PEREDA RODRÍGUEZ, José Manuel. "Algunos efectos producidos por la implantación del consentimiento informado en España", In *Diario La Ley*, nº 6524, 2006, págs. 1/15. R. FADEN, Ruth; L. BEAUCHAMP, Tom. *A history and theory of informed consent*. New York: Oxford University Press, 1986. SIMÓN LORDA, Pablo. *El consentimiento informado: historia, teoría y práctica*. Madrid: Triacastela, 2000 VIDAL CASERO. "Desarrollo evolutivo legislativo de los derechos de los pacientes.", In *Revista Bioética y Ciencias de la Salud*, Vol. 3, nº 4, 1999.

Disciplina	***Constitucionalismo Latino-Americano***
Ementa	Novo constitucionalismo latino-americano x neoconstitucionalismo. Processos constituintes latino-americano. Soberania popular e democracia participativa. Estado plurinacional boliviano. Transplantes constitucionais. Jurisdição constitucional multinível.
Ministrante	Prof. Dr. FERNANDO FERREIRA DOS SANTOS
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	BERGOVICI, Gilberto. *Soberania e constituição: para uma crítica do constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin/ Atlântico Pacífico, 2008 GARAVITO, César Rodríguez (coord.). *El Derecho em América Latina. Um mapa para el pensamento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Ventiuno Editores, 2011. GARGARELLA, Roberto. *Los fundamentos legales de la desigualdade. El constitucionalismo em America (1776 -1860)*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2005. _____; DOMINGO, Pilar; Roux, Theunis (Edited by). *Courts and Social transformation in New Democracies. An Institutional voice for*

Fl. Nº 403
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

	the poor? England: Ashgate, 2006. NINO, Carlos Santiago. *Fundamentos de derecho constitucional*. Buenos Aires: Astrea, 1992. WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters (Org.) *Constitucionalismo Latino-americano. Tendências Contemporâneas*. Curitiba: Juruá Editora, 2013. TUSSEAU, Guilherme. *Modelli di Giustizia Costituzionale. Saggio de critica metodologia*. Bologna: Bononia University Press, 2009.

Disciplina	***A Efetividade dos Direitos Sociais na Constituição***
Ementa	Conceitos, fontes e princípios do Direito do Social. Interpretação das normas de Direito Social. A Promessa constitucional e e cumprimento. Panorama da população dependente do subsídio estatal. Relações de trabalho e previdência social. A Seguridade Social. Os Direitos Sociais ampliados. O trabalho como principal insumo dos Direitos Sociais. E o trabalhador como seu principal protagonista. Os direitos fundamentais forjados a partir do Trabalho. A atuação judicial como um dos instrumentos da política pública de inclusão social. Discussão sobre a reserva do economicamente possível e reserva da vontade política.
Ministrante	Prof. Dr. FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	BARBAGELATA, Héctor-Hugo. Os princípios de direito do trabalho de segunda geração. In *Cadernos de Estudos sobre Processo e Direito do Trabalho da AMATRA IV* (associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul).Porto Alegre: HS Editora, 1998 BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009. BRASIL – Supremo Tribunal Federal. *A Constituição e o Supremo*. 4 ed. Brasília, 2011. BRASIL. Decreto n. 3.048/99 CLÈVE, Clèmerson Merlin; SARLET, Ingo Wolfgang; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. *Direitos Humanos e Democracia*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. FRANCO FILHO, Georgenor. *Direito Internacional do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2010. GARCIA, Maria (Coordenadora). *Democracia, Hoje. Um modelo político para o Brasil*. São Paulo: Celso Bastos Editora, 1997. JULIUS-CAMPUZANO, Alfonso de. Reinventando la cidadania: nuevas demandas sociales em la arena global. *In*: *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, ano 8, vol. 8, n. 8, 2008. organizadores: Antônio Augusto Cançado Trindade e César Oliveira Barros Leal. LIMA, Francisco Gérson Marques de; LIMA, Francisco Meton Marques de; MOREIRA, Sandra Helena Lima (Coordenadores). *Repensando a doutrina trabalhista: o Neotrabalhismo em contraponto ao Neoliberalismo*. São Paulo: LTr, 2009. LIMA, Francisco Meton Marques de e LIMA FILHO, Francisco Meton

	Marques de. O decisionismo e o Judicial Law – a Súmula Vinculante. In: OMMATI, Fides Angélica de Castro Veloso Mendes; LIMA, Francisco Meton Marques de; MIRANDA, Sylvia Helena Nunes (Coordenadores). *Pensando Direito – fundamentos filosóficos do direito*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2012. LIMA, Francisco Meton Marques de Lima. *O Resgate dos valores na interpretação constitucional – pela reabilitação do homem como ser-moralmente-melhor*. Fortaleza: ABC Editora, 2001. ___e LIMA, Francisco Péricles R. M. de. *ELEMENTOS DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO TRABALHISTA*. 16 ed. São Paulo: LTR, 2016. ___. *Princípios de Direito do Trabalho na Lei e na Jurisprudência*. 4 ed. São Paulo: LTR, 2015. LIMA, Francisco Meton Marques de. O avanço social dos direitos sociais nos 20 anos da Constituição. *In:* PESSOA, Robertônio Santos e LIMA (Coordenadores). *Constitucionalismo, Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2009. MARQUES DE LIMA, Francisco Gérson. *Igualdade de Tratamento nas Relações de Trabalho*. São Paulo: Malheiros, 1997. SUSSEKIND. Arnaldo, VIANA, Oliveira, MARANHÃO, Délio. *Instituições de Direito do Trabalho*. 20 ed. São Paulo: LTR, 2005.

Disciplina	***Teoria dos Direitos Fundamentais***
Ementa	Estado Democrático de Direito e Neoconstitucionalismo. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. A problemática da aplicabilidade dos direitos fundamentais. Bloco de constitucionalidade. O princípio da dignidade humana. Argumentação jurídica e direitos fundamentais. Hierarquização dos direitos fundamentais. Colisão de direitos fundamentais. Direitos fundamentais nas relações privadas. Garantias fundamentais no direito comparado e no direito nacional. A garantia do conteúdo essencial. Desafios e perspectivas dos direitos e garantias fundamentais.
Ministrante	Profa. Dra. JOANA DE MORAES SOUZA MACHADO CARVALHO
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2008. ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios. Da definição à aplicação dos princípios jrídicos*. São Paulo AVILA, Humberto. "'Neoconstitucionalismo': entre a 'Ciência do Direito' e o 'Direito da Ciência'". *Revista Eletrônica do Direito do Estado*. n. 17. p. 1-19. Salvador: Instituto de Direito Público. jan-fev-mar. 2009. Disponível em:http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/836/595 Acesso em: 3 ago. 2015. DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a serio*. São Paulo: Martin Fontes, 2007. FACCHINI NETO, Eugênio. "Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização de direito privado". In: SARLET, Ingo Wolfgang.

Fls. Nº 104
Processo Nº: 000766/17-99
Rubrica:

Constituição, direitos fundamentais e direito privado. Porto Alegre: 2003, p. 11- 60.

FARIAS, Edilsom Pereira de. Colisão de Direitos - *A honra, a intimidade, a vida privada e a imagem x a liberdade de expressão*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

GOMES, Luiz Flávio. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Comentários à convenção americana de Direitos Humanos: Pacto de São José da Costa Rica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. "Quanto de direitos humanos o capitalismo suporta?" In: BERCOVICI, Gilberto; SOUZA, Luciano Anderson; FERREIRA, Lauro Cesar Mazetto (coords.) *Desafios dos direitos humanos no século XXI*. São Paulo: Quartier Latin, 2016, p. 409-422.

LOPES, Ana Maria D´Ávila. "Bloco de constitucionalidade e princípios constitucionais: desafios do poder judiciário." *Seqüência* v. 29, n. 59, p. 43-60, Florianópolis, 2010.

LOPES, Ana Maria D´Ávila. "A garantia do conteúdo essencial dos direitos fundamentais". *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal. Ano 41, n. 164, p. 7–15, out/dez. 2004.

LOPES, Ana Maria D´Ávila. *Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2001.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira; Roesler, Claudia Rosane; JESUS, Ricardo Antônio Rezende de. "A noção de coerência na teoria da argumentação juridical de Neil MacCormick: caracaterização, limitações, possibilidades". *Revista Novos Estudos Jurídicos*, v 16, n 2, mai./ ago. 2011. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3281/2064>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MAUÉS, Antonio Moreira. "Supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos e interpretação constitucional". In: LOPES, Ana Maria D´Ávila Lopes; MAUÉS, Antonio Moreira (org.). *Eficácia nacional e internacional dos direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 27-50.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Colisão de direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. Repertório de Jurisprudência IOB. vol. I Tributário, constitucional e administrativo. 1º quinzena de março de 2003. n. 5, p. 178-185 ,São Paulo: IOB. Disponível em: http://www.cella.com.br/conteudo/conteudo_55.pdf Acesso em: 3 ago. 2015.

PEREZ LUÑO, Antonio. *Derechos humanos, estado de derecho y constitución*. Madri: Tecnos, 2005.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação constitucional e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 215-295.

SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (org.) *Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de

	Jganeiro: Lumen Juris, 2010. SARMENTO, Daniel. GALDINO, Flavio. (orgs.) *Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. SILVA, Virgílio da. "Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção". *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*. Belo Horizonte: Del Rey, v. 1 n. 1. p. 607-630, jan.- jun. 2003. STRECK, Lenio Luiz. "Questionando o ativismo judicial ou 'de como necessitamos de uma teoria da decisão'". *Direito & Paz*. Lorena: UNISAL, ano XVI, no 30, 2014-1, p. 11-4

Disciplina	***O Processo na Construção do Estado Democrático de Direito***
Ementa	Estudo da efetividade do processo a partir de seu caráter instrumental, sob a visão dialética do Direito em lide. Princípios e garantias constitucionais do processo. Controle de constitucionalidade. Judicialização e desjudicialização do Direito. Ativismo Judicial. A democracia no século XXI e o futuro dela frente ao Estado social e liberal ainda atualmente em vigor.
Ministrante	Prof. Dr. JOSELI LIMA MAGALHÃES
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	BARBOSA MOREIRA, Jose Carlos. *O Poder Judiciário e a efetividade da nova Constituição*. Revista Forense, Rio de Janeiro, v. 304, dezembro de 1988, pp. 151-155. BEDAQUE, Jose Roberto dos Santos. *Direito e processo – influência do direito material sobre o processo*. So Paulo: Malheiros Editores, 2a edição, 1997. CARVALHO DIAS, Ronaldo Brêtas de. *Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito*. 3a Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015. LEAL, André Cordeiro Leal. *Instrumentalidade do processo em Crise*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008. LEAL, Rosemiro Pereira Leal. *Teoria Processual da Decisão Jurídica*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. MAGALHÃES, Joseli Lima Magalhães [Org.]. *Temas de direito processual democrático*. Teresina: Edufpi, 2012. NEVES, António Castanheira. *Metodologia jurídica*: problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. NEVES, António Castanheira. *O jurisprudencialismo*: proposta de uma reconstituição crítica do sentido do direito. In: COELHO, Nuno M. M. Santos; SILVA, Antônio Sá da (Org.). Teoria do direito: direito interrogado hoje - o jurisprudencialismo: uma resposta possível? Estudos em homenagem ao doutor António Castanheira Neves. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2012. p. 9-79.

Disciplina	***Estado e Trabalho***
Ementa	Origem, fundamento e evolução da proteção estatal do homem na relação de trabalho. O direito ao trabalho. A tutela do ser humano trabalhador na

Fl. Nº 105
Proc. nº: 0007661 17-99
Rubrica:

	Constituição do Brasil de 1988. A crise econômica e os direitos dos trabalhadores. O futuro do Estado de Bem-Estar brasileiro.
Ministrante	Prof. Dr. Marco Aurélio Lustosa Caminha
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na Era da Globalização.* Londrina: Praxis, 1999. ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* 2. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* 11. Ed. Brasília: Editora da UNB, 1998. BRITO FILHO, J. C. M. *Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho - trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno.* 4. ed. São Paulo - SP: LTr Editora Ltda, 2016. DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho.* 15. ed. São Paulo: LTr, 2015. ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism.* Cambridge, Policy, 1990. LEDUR, José Felipe. *A realização do direito ao trabalho.* Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998. SÜSSEKIND, Arnaldo. MARANHÃO, Délio. VIANNA, *Segadas. Istituições de Direito do Trabalho.* 12. ed., v. I, São Paulo: LTr, 1988. HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* 21. Ed. São Paulo: Loyola, 2011. HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo.* São Paulo: Boitempo, 2011. HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas.* 14. Ed. São Paulo: Atlas, 1995. MARINONI, Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang. MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional.* 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Disciplina	***Hermenêutica Jurídica e Jurisdição Constitucional***
Ementa	Conceito e objetivo da Hermenêutica Jurídica. Evolução histórica do pensamento hermenêutico. Teoria da Interpretação. Cânones hermenêuticos. Elementos e métodos da interpretação. Lógica da aplicação da norma jurídica e teoria do argumento jurídico. Processos de Integração do Direito. Substancialismo x Procedimentalismo. A decisão judicial em matéria constitucional. Jurisdição Constitucional, Estado Democrático de Direito e o controle do poder.
Ministrante	Profa. Dra. OLÍVIA BRANDÃO DE MELO
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	ALEXY, Roberta. *Teoria da Argumentação Jurídica.* Rio de Janeiro: Forense, 2011. GADAMER, HANS-Georg. *Verdade e método.* Petrópolis: Vozes, 1999. MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito.* 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

	SOUSA NETO, Cláudio Pereira de. *Jurisdição Constitucional, democracia e racionalidade prática.* Rio de Janeiro: Renovar, 2002. STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito.* 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição Constitucional e decisão jurídica.* 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Disciplina	***Teoria Geral do Direito Previdenciário***
Ementa	Objetivos da ordem social. Estado e Justiça distributiva. A Seguridade Social: saúde, assistência e previdência Social. Seguridade Social na Constituição Federal: evolução e princípios constitucionais. Regimes de previdência. Reforma Previdenciária.
Ministrante	Prof. Dr. RAUL LOPES DE ARAÚJO NETO
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	AMADO, Frederico, **Direito previdenciário**. Salvador: Jus Podivm, 2016. BALERA, **Noções preliminares de direito previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. _____. **Sistema de seguridade Social**. São Paulo: LTr, 2016. HORVATH JR. Miguel. **Direito previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012. KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário.** Salvador: Jus Podivm, 2016.

Disciplina	***Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito***
Ementa	Modelos de democracia. Cidadania. Povo. Princípio da maioria. Representação política. Democracia e elitismo. Democracia e participação. Problemas da democracia representativa. O problema da proteção dos direitos na democracia. Modelos de Estado de direito. O problema da liberdade moderna. Tirania da maioria. Direitos do homem, direitos naturais e direitos fundamentais. Colisão de direitos no Estado social, no estado do bem-estar e no Estado democrático. Constitucionalismo antigo e moderno. Modelos de democracia constitucional. Problemas da hermenêutica constitucional. Problemas das relações entre constitucionalismo, Estado de direito e democracia. Alternativas para uma sociedade bem ordenada (liberais, comunitaristas, libertários, republicanos). Separação de poderes. Judicialização da política. Patrimonialismo.
Ministrante	Prof. Dr. NELSON JULIANO CARDOSO MATOS
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	ACKERMAN, Bruce. *Nós, o Povo Soberano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. BEATTY, David. *A Essência do Estado de Direito*. São Paulo: Martins

Fl. Nº 106
Processo nº: 0007661/17-99
Rubrica:

	Fontes, 2014. BELLAMY, Richard. *Constitucionalismo Político*. Madrid: Marcial Pons. 2010. CARBONELL, Miguel. *Neoconstitucionalismo(s)*. Barcelona: Trotta, 2003. COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (org.). Estado de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1998. DAHL, Robert A. *Democracia e seus Críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. FRASER Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribucion o Reconocimiento?*. Madrid: Morata, 2006. GARGARELLA, Roberto. *La Justicia frente al Gobierno*. Barcelona: Ariel, 1996. HABERMAS, Jurgen. *Direito e Democracia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro*, 1997. KRAMER, Larry. *Constitucionalismo Popular e Controle de Constitucionalidade*. Madrid: Marcial Pons, 2011. MICHELMAN, Frank. *Brennan and Democracy*. New Jersey: Princeton University, 1999. MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. London, New York: Verso, 2009. MULLER, Friedrich. *Quem é o Povo?* São Paulo: Max Limona, 2009. NEGRI, Antonio. *Poder Constituinte*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. NEUMANN, Franz. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969. NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. SUNSTEIN, Cass. *A Constituiução Parcial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

Disciplina	***Direito Administrativo e Democracia***
Ementa	A Constituição de 88 e seu modelo administrativo; o Direito Administrativo e os direitos fundamentais; o Governo FHC – agenda da estabilidade econômica e do equilíbrio fiscal; a Reforma Bresser: propostas, resistências e reflexos futuros; o Governo Lula-Dilma e a questão administrativa; políticas públicas e reconstrução de um federalismo cooperativo; os mecanismos de controle: avanços e retrocessos; democracia participativa e controle social; sistema político e gestão pública; Estado fiscal e direitos fundamentais.
Ministrante	Prof. Dr. ROBERTÔNIO SANTOS PESSOA
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estúdios Políticos y Constitucionales, 2002. BERCOVICI, Gilberto. "Tentativa de instituição da democracia de massas no Brasil: instabilidade constitucional e direitos sociais na era Vargas

	(1930-1964)". In: SARMENTO, Daniel. *Direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. BINENBOJM, Gustavo. *Uma teoria do direito administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. BONAVIDES, Paulo. *Do Estado liberal ao Estado social*. São Paulo: Malheiros, 2001. BOSCHI, Renato R. *O Executivo e a construção do Estado no Brasil*. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: EFMG, 2003. BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002. JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005. KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980. MELO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 12 ed.. S. Paulo: Malheiros, 2004. POZZOLO, Susanna; DUARTE, Écio Oto Ramos. *Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico*. São Paulo: Landy, 2006. SCHIMIDT-ASSMANN, Eberhard. *La teoria general del derecho administrativo como sistema*. Madrid: Marcial Pons, 2003. SILVA, Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da. *Em busca del acto administrativo perdido*. Coimbra: Almedina, 1998. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. WEIL, Prosper. *O direito administrativo*. Coimbra: Almedina, 1977.

Disciplina	***Reformas no Estado e a Ideologia Constitucionalmente Adotada***
Ementa	A ordem econômica na constituição de 1988. Direito econômico. Ideologia constitucionalmente adotada. Ação do Estado no domínio econômico. Serviço público e atividade econômica em sentido estrito. Reforma do aparelho do Estado. Intervenção por regulamentação e regulação.
Ministrante	Prof. Dr. SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	BERCOVICI, G. *Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005. BERCOVICI, G. O ainda indispensável Direito Econômico. In: BERCOVIC, G.; BENEVIDES, M. V. DE M.; MELO, C. DE (Ed.). *Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 503–520. CAMARGO, R. A. L. *Curso elementar de direito econômico*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2014. CLARK, G. "Política econômica e Estado". *Estud. av.*, v. 22, n. 62, p. 207–217, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100014>. CLARK, G. A ADI 1950: o Voto Aula em Direito Econômico. In:

Fl. Nº 107
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

	COSTA, José Augusto Fontoura. ANDRADE, José Maria Arruda de. MATSUO, Alexandra Mery Hansen. *Direito: Teoria e Experiência. Estudos em Homenagem a Eros Roberto Grau*. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 429–451. CORRÊA, L. A. *Estado, mercado e instituições: estudos sobre o incrustamento e a (re)construção da ordem econômica constitucional à luz da economia plural de karl polanyi*. 2015. PUC Minas, 2015. GRAU, E. R. *A ordem econômica na constituição de 1988 (interpretação e crítica)*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. NASCIMENTO, S. P. do; CORRÊA, L. A.; CLARK, G. Ideologia Constitucional e Pluralismo Produtivo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. Especial, p. 265–300, 2013. REIS, J. *Ensasios de economia impura*. Coimbra: Almedina, 2007. SOUZA, W. P. A. de. *Primeiras linhas de direito econômico*. 6. ed. São Paulo: Ltr, 2005. SOUZA, W. P. A. de. *Teoria da constituição econômica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

Disciplina	***Direitos Fundamentais e Cultura***
Ementa	Delimitação conceitual dos Direitos Fundamentais. O que é cultura? Direitos culturais como direitos fundamentais. Proteção internacional da cultura. Legislação de proteção a cultura no Direito Comparado. Cultura e Constituição Brasileira. Análise de situações concretas.
Ministrante	Prof. Msc. SEBASTIÃO PATRÍCIO MENDES DA COSTA
Carga Horária	30 (trinta) horas/aula
Bibliografia	CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W. ; STRECK, Lenio L. (coords.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos. Cadernos USP, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 451-474, jul./dez. 2010. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. HABERLE, P. *Constituição e Cultura*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. HERRERA FLORES, Joaquim. *Los derechos humanos como productos culturales*. Madrid: Catarata, 2005. KIRSTE, Stephan. "A Contribuição do Direito à Memória Cultural". Tradução de Marcos Augusto Maliska. In: *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil*, n. 7, 2007, p. 319-344. RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Direito Primitivo. Estrutura e função a sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. ROSENFELD, M. *A identidade do sujeito constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

	YRIGOYEN FAJARDO, Raquel. *Pueblos indígenas: constituciones y reformas políticas em América Latina*. Lima: ILSA, INESC, IIDS, 2010.

Disciplina	Orientação de TCC
Ministrantes	Prof. Dr. CLEBER DE DEUS PEREIRA DA SILVA Prof. Dr. DANTE PONTE DE BRITO Prof. Dr. ÉFREN PAULO PORFÍRIO DE SÁ LIMA Prof. Dr. FERNANDO FERREIRA DOS SANTOS Prof. Dr. FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA Prof. Dr. JESUSMAR XIMENES ANDRADE Profa. Dra. JOANA DE MORAES SOUZA M. CARVALHO Prof. Dr. JOSELI LIMA MAGALHÃES Prof. Dr. MARCO AURÉLIO LUSTOSA CAMINHA Prof. Dr. NELSON JULIANO CARDOSO MATOS Profa. Dra. OLÍVIA BRANDÃO DE MELO CAMPELO Prof. Dr. RAUL LOPES DE ARAÚJO Prof. Dr. ROBERTÔNIO SANTOS Prof. Dr. SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO Prof. Msc. SEBASTIÃO PATRÍCIO MENDES DA COSTA
Carga Horária	90 (noventa) horas-aula

11. CORPO DOCENTE.

11. 1. Identificação, experiência acadêmica e profissional

CLEBER DE DEUS PEREIRA DA SILVA

- CPF: 343.154.703-68
- Titulação: Doutor em Ciências Políticas, Pós-Doutor em Ciência Política pelo Ibero-Amerikanisches Institut em Berlim - Alemanha
- Vínculo: Ciência Política/UFPI, DE
- E-mail: dideus@ufpi.edu.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/0994687053857609
- Experiência acadêmica e profissional: Possui Doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Mestrado pela mesma instituição. É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É Coordenador do Núcleo de Estudos Políticos e Eleitorais (NEPE) vinculado ao programa de Mestrado em Ciência Política da UFPI. É professor da Graduação em Ciência Política e do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPI. Desenvolve pesquisas e orientações nas seguintes temáticas: Partidos Políticos, Eleições e Comportamento Político e as relações entre Capitalismo, Democracia e Welfare State na América Latina.

Fl. Nº 108
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

DANTE PONTE DE BRITO

- CPF: 957.998.853-68
- Titulação: Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2008). Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2013...) com período sanduíche na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - FDUC (2015).
- Vínculo: DCJ/UFPI, Dedicação Exclusiva
- E-mail: dantephb@yahoo.com.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/6032397389412182.
- Experiência acadêmica e profissional: Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2006) e Professor Adjunto I da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Membro do Grupo de Pesquisa "Constitucionalização das Relações Privadas (UFPE)". Autor da obra jurídica: "A publicidade na internet e a violação dos direitos do consumidor". Coautor da obra jurídica: "Direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência brasileira: temas contemporâneos". Membro eleito e empossado da Academia de Ciências do Piauí (ACIPI), ocupante da cadeira nº 27. Membro do Conselho de Consultores da Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro associado do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI. É Advogado atuante e tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e do Consumidor. Temas objeto de pesquisa: internet, comunicação de massa, publicidade e relações de consumo

ÉFREN PAULO PORFÍRIO DE SÁ LIMA

- CPF: 287.233.923-04
- Titulação: Doutor em Direito.
- Vínculo: DCJ/UFPI, Dedicação Exclusiva.
- E-mail: http://lattes.cnpq.br/8157097095467705
- Lattes: efrencordao@gmail.com
- Experiência acadêmica e profissional: Graduado em direito pela Universidade Federal do Piauí (2003), Doutorado em Direito Civil pela *Universidad de Salamanca*, España, integrado com a *Scuola Dottorale Interateneo in Scienze Chiuridiche Ca'Foscari di Venezia*, Itália (2016). Grau de Salamanca em Direito Privado pela *Universidad de Salamanca*, España, com estágio na Universidade de Coimbra, Portugal (2011). Atualmente é Professor de Direito Civil da Universidade Federal do Piauí, Conselheiro junto ao Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas e Letras, Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos da Justiça na mesma Instituição, onde foi Coordenador do Curso de Direito e Subchefe do Departamento de Ciências Jurídicas. É advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secional do Piauí, Membro da Comissão Nacional de Direito Médico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselheiro Estadual da referida Instituição, onde foi Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Piauí (CAAPI), Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia do Piauí (ESAPI) e Membro da Comissão Especial de Trabalho de Credenciamento da Escola Nacional da Advocacia e das Escolas Superiores de

Advocacia junto ao Ministério de Educação, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi Procurador-Geral e Secretário de Administração do Município de Teresina. Exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Regiãc e Secretário da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, obrigações, contrato, consumidor e direito médico.

FERNANDO FERREIRA DOS SANTOS

- CPF: 226.917.903-04
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI – TP- 20
- E-mail: fersan63@gmail.com
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/3665748637314870
- Experiência acadêmica e profissional:

- Doutor em Direito, TP-20, CPF nº. É doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e possui mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1996). Professor da Universidade Federal do Piauí, tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria dos princípios, direitos fundamentais, ponderação, dignidade humana, colisão de direitos e controle de constitucionalidade.

FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA

- CPF: 122.173.953-00
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, TP - 20
- E-mail: meton@trt22.jus.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/9232203175795621
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutor em Direito, TI, CPF nº. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1981), mestrado em Direito (Direito e Desenvolvimento) pela Universidade Federal do Ceará (1987) e doutorado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Piauí, professor da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí. Tem experiência na área de Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Teoria dos Valores, Princípios do Direito, Hermenêutica e Filosofia, com ênfase em Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: diferenças entre princípios e valores, o valor como

Fl. Nº 109
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

dissipador das antinomias, hierarquia de valores constitucionais, justa causa e filosofia do direito.

JESUSMAR XIMENES ANDRADE

- CPF: 397.370.633-68
- Titulação: Doutor em Contabilidade
- Vínculo: Ciência Política/UFPI, DE
- E-mail: jesusmar@ufpi.edu.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/2740875155309095
- Experiência acadêmica e profissional:

Professor Dr. Jesusmar Ximenes Andrade é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (1990-1994), Mestre(2002-2004) e Doutor(2007-2011) em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo-FEA/USP. Atualmente é professor adjunto e pesquisador da Universidade Federal do Piauí-UFPI (Teresina-PI). Tem como áreas de interesses: CONTABILIDADE (Contabilidade Financeira) | ÉTICA (Ética na Pesquisa, nas empresas e na Contabilidade) | METODOLOGIA: (Metodologia do Ensino e da Pesquisa; Fundamentos da Estatística Aplicada).

JOANA DE MORAES SOUZA MACHADO CARVALHO

- CPF: 432.546.593-68
- Titulação: Doutora em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, TP - 20
- E-mail: joana.souza17@hotmail.com
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/2812687215413187
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutora em Direito, TP-20, CPF nº. Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (2014), Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2006). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1997). Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí. Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário Uninovafapi.

JOSELI LIMA MAGALHÃES

- CPF: 497.763.633-34
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, TP - 20

- E-mail: joseli.magalhaes@gmail.com
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/8789929924008120
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutor em Direito, TI, CPF nº. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1996), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Doutorado em Direito Processual pela PUC-MINAS. Atualmente é Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Piauí, Professor Adjunto I da Universidade Federal do Piauí. Advogado na área cível e empresarial. Membro do Conselho da OAB-PI. Vice Presidente da União Brasileira dos Escritores - Piauí. Vice Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Piauí. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Processual da Universidade Federal do Piauí.

MARCO AURÉLIO LUSTOSA CAMINHA

- CPF: 287.140.833-53
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, TP – 20.
- E-mail: malcaminha@uol.com.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/1770044445715425
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino (2003) e Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, TI, CPF nº. Tem graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1988), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí (1994), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Social Argentino (2003) e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, Professor Associado da graduação em Direito da Universidade Federal do Piauí e Procurador Regional do Trabalho no Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Sociais, Direito do Trabalho e Direito Processual.

NELSON JULIANO CARDOSO MATOS

- CPF: 433.462.603-30

Fl. nº 110
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

- Titulação: Doutro em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, Dedicação. Exclusiva
- E-mail: nelsonmatos@ig.com.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/1109320246353904
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutor em Direito, DE, CPF nº. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Recife - UFPE (2008), Mestre em Direito pela Universidade de Brasília - UnB (2001) e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife - UFPE (1997). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal do Piauí (professor do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Mestrado em Ciência Política) e Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da mesma instituição, onde foi Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas, Coordenador do Curso de Direito, Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica e Coordenador do Projeto Cajuína (Centro de Assessoria Jurídica Popular de Teresina). Foi, também, Coordenador Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB), Diretor Científico da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi) e Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/PI. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, republicanismo, liberdade, pragmatismo e judicialização da política.

OLÍVIA BRANDÃO DE MELO CAMPELO

- CPF: 822.432.633-00
- Titulação: Doutora em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, Dedicação Exclusiva.
- E-mail: oliviabrandaomelo@hotmail.com
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/6543382186220949
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutora em Direito, DE, CPF nº. Doutora em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, Mestre em Filosofia do Direito e do Estado e Especialista em Direito Constitucional também pela PUC/SP. Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT, é advogada e professora universitária. Atuou em cursos jurídicos de graduação (UESPI e CEUT) e pós-graduação (UESPI, CEUT e ESMEPI); atualmente é professora adjunta vinculada ao Departamento de Ciências Jurídicas na Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Teoria e Filosofia do Direito e do Estado.

RAUL LOPES DE ARAÚJO NETO

- CPF: 677.185.073-00
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI - Dedicação Exclusiva
- E-mail: raullopes@ufpi.edu.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/8629191788212794
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutor em Direito, DE, CPF nº. Advogado e professor universitário vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí onde leciona as disciplinas de Direito Tributário e Direito Previdenciário. É graduado em Direto pela Universidade de Fortaleza, Especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília e Doutor em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui como áreas de pesquisa: Direito Tributário Contemporâneo e Previdência Social.

ROBERTÔNIO SANTOS PESSOA

- CPF: 395.660.133-53
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, TP – 20.
- E-mail:robertoniopessoa@uol.com.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/9426835691271531
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutor em Direito, TI, CPF nº. Possui mestrado em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: administração pública, organizações administrativas, processos administrativos, atividade administrativa, políticas públicas e regulação. Possui larga experiência em ensino jurídico, como professor, como Coordenador de Curso e como membro da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB. Atualmente de Conselheiro Federal (suplente) da Ordem dos Advogados do Brasil e Vice-Presidente da Comissão de Relações com o Poder Judiciário da OAB/PI.

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

- CPF: 002.810.213-41
- Titulação: Doutor em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, Dedicação Exclusiva.
- E-mail: samuelpontes@ufpi.edu.br
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/8137218159553912
- Experiência acadêmica e profissional:

– Doutor em Direito, DE, CPF nº. Possui graduação em DIREITO pela Universidade Estadual do Piauí (2006), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016). Atualmente é professor Assistente-A da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: privatização e direito econômico.

Fl. Nº 111
Processo nº: 000766/19-99
Rubrica:

SEBASTIÃO PATRÍCIO MENDES DA COSTA

- CPF: 620.531.673-00
- Titulação: Mestre em Direito
- Vínculo: DCJ/UFPI, Dedicação Exclusiva.
- E-mail: sebastiaocosta@gmail.com
- Lattes: http://lattes.cnpq.br/6810023102929766
- Experiência acadêmica e profissional:

– Mestre e Doutorando em Direito, DE, CPF nº. Doutorando em Direito pela PUC/RS (Área de concentração: Fundamentos Constitucionais do Direito Público e do Direito Privado. Linha de Pesquisa: Direito, Ciência, Tecnologia & Inovação). Mestre em Direito e Estado pela UnB (2006). Mestre em Antropologia e Arqueologia pela UFPI (2011). Bacharel em Direito pela UnB (1999). Estudos realizados em Regulação da Internet na Universidade de Hamburgo/Alemanha (2015) e em Direito Constitucional Comparado e Cultura Jurídica Europeia na Universidade de Roma La Sapienza, Roma/Itália (2015). Coordenador do Projeto Rondon: Operação Carajás (2011). Secretario Extraordinário do Governo do Piauí em Brasília/DF (2003). Ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Teresina/PI, escolhido por Dom Sérgio da Rocha e nomeado pelo Pe. Tony Batista. Ex-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Piauí. Membro da Banca Examinadora Nacional do VI ao XVIII Exame Unificado da Ordem dos Advogados do Brasil (área Direito Administrativo), pelo CFOAB e FGV/Projetos. Coordenador do curso de Direito da UFPI (gestão 2013-2014). Professor efetivo do curso de Direito da UFPI. Editor-chefe da Revista Arquivo Jurídico e da Revista Científica da OAB/PI. Advogado. Países visitados por questão acadêmica ou profissional: Brasil, Peru, Colômbia, Portugal, Alemanha, Itália.

12. ORÇAMENTO

Nos e obedecendo a 227/16 – CEPEX, o Cronograma físico-financeiro do curso de especialização em direito e democracia seguirá a seguinte proposta orçamentária, cujas sobras de valores, caso ocorram, serão destinados para compra de livros jurídicos e equipamentos para os cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UFPI.

Na forma disposta no artigo 6º, parágrafo único da Resolução 227/16 este curso será gerenciado financeiramente por meio de convênio com a Fundação de Apoio da UFPI.

lo do Projeto	07/04/2017
ecialização Direito e Democracia	
rdenador(a): Raul Lopes de Araújo Neto	
tro: CCHL	
partamento: Ciências Jurídicas	18
ração do curso:	50
de Vagas:	45
de Vagas Pagantes:	45
de Matrículas:	50,00
lor da Inscrição (R$):	320,00
lor da Mensalidade(R$):	

Receitas

	Item	Quant.	Valor Unit.	Total
	Inscrições	45	50,00	2.250,00
	Matrícula	45	320,00	14.400,00
	Mensalidades	765	320,00	244.800,00
	Outras Receitas			-
	TOTAL			261.450,00

Despesas

1	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			
	Item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Total**
.1	Coordenação Acadêmica	270	150,00	40.500,00
.2	Coordenação Adjunta	126	150,00	18.900,00
.3	Secretaria Acadêmica	72	150,00	10.800,00
.4	Secretaria Adjunta		150,00	-
.5	Professor Doutor (h/a)	420	150,00	63.000,00
.6	Professor Mestre (h/a)	30	120,00	3.600,00
.7	Professor Especialista (h/a)		105,00	-
.8	Orientação de TCC	50	300,00	15.000,00
.9	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			-
	Sub-Total			151.800,0(

2	Obrigações Tributárias e Contributivas		
	Item	**%**	**Total**
2.1	Obrigações Tributárias e Contributivas	20%	30.360,0(
	Sub-Total		30.360,0(

3	Diárias			
	Item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Total**
3.1	Diárias (Dentro do Estado)		177,00	
3.2	Diárias (Outras Localidades)			
	Sub-Total			

4	Passagens e Despesas com Locomoção			
	Item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Total**
4.1	Passagens Aéreas			
4.2	Passagens Terrestres			
4.3	Despesas com Locomoção			

Fl. nº 112
Processo nº: 000766 / 17-99
Rubrica:

	Sub-Total			
5	**Material de Consumo**			
	Item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**To**
5.1	Material de Consumo			
5.2	Material de Expediente			
5.3	Material Didático			
5.4				
	Sub-Total			
6	**Equipamento e Material Permanente**			
	Item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**To**
6.1	Data-Show			
6.2	Notebook			
6.3	Impressora Multifuncional			
6.4	Outros Materiais Permanentes			
	Sub-Total			
7	**Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**			
	Item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Tot**
7.1	Hospedagem			-
7.2	Alimentação			-
7.3	Manutenção de Conta			855,
7.4	Reprografia			-
7.5	Evento de abertura do curso e de encerramento			-
7.6	Impressão de Livro contendo artigos jurídicos (gráfica)			-
7.7	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			-
	Sub-Total			8
	Item		**%**	**Tota**
8	**Despesas operacionais**		10%	26.1
9	**Ressarcimento UFPI**		10%	26.1
10	**Reserva Técnica**		10%	26.1
	TOTAL			261.4

13. METODOLOGIA.

Para alcançar a integração entre teoria e prática, as disciplinas serão ministradas a partir de uma metodologia que privilegia a reflexão crítica e a produção de trabalhos acadêmicos. Como a finalidade é formar profissionais com visão interdisicplinar do Direito, além de atualizações técnicas em cada matéria lecionada, o curso também proporcionará atividades de seminários e apresentação de artigos científicos.

13.1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Será desenvolvido no decorrer do curso um seminário de temas avançados sobre Direito e Democracia que contará com a participação de parte do corpo docente do curso e professores convidados. O evento será realizado nas dependências da UFPI.

14. INTERDISCIPLINARIDADE.

Serão aplicadas atividades interdisciplinares à medida que forem desenvolvidas e oferecidas cada disciplina.

15. RECURSOS TECNOLÓGICOS.

- Exibição de recurso audiovisual em sala de aula;
- Plataforma de interação online, por email e grupos de discussão.

16. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.

- A Sala 340a, localizada no Centro de Ciências Humanas e Letras, funcionará como Coordenação do Curso de Especialização
- A Sala 281, do anexo, servirá como sala de aula
- O CCHL possui Laboratório de Informática
- O Departamento de Ciências Jurídicas possui *datashow* e computadores que podem ser utilizados pelo Curso de Especialização.

17. PROCESSO SELETIVO.

17.1. **Período**

De 10/07/2017 e 21/07/2017

17.2. **Local**

- Departamento de Ciências Jurídicas

17.3. **Documentos**

- Cópia autenticada do Diploma ou da Certidão de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito
- O aluno concludente de cursos de graduação reconhecidos e/ou autorizados pelo Ministério da Educação e/ou Conselho Estadual de Educação poderá inscrever-se, mediante a apresentação de documento comprobatório de que é aluno-formando e que está matriculado em todas as disciplinas necessárias à integralização da matriz curricular da sua graduação e, caso seja selecionado, deverá entregar a cópia, autêntica, do Diploma ou da respectiva Certidão de Conclusão, no ato da matrícula.

Fl. nº 113
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

- Cópia autenticada do histórico acadêmico;
- Cópia autenticada do documento de identidade;
- Cópia autenticada do CPF;
- *Curriculum vitae* acompanhado da documentação comprobatória;
- 02 retratos 3 x 4 (recente);
- Comprovante do pagamento da taxa de inscrição;

17.4. **Sistemática**

O processo de seleção será desenvolvido em 02 (duas) etapas: prova escrita (conhecimento específico) e análise curricular.

A pontuação final dos candidatos será feita com base na média aritmética das notas da prova escrita (conhecimento específico), *Curriculum Vitae* e entrevista de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{NP \times 2 + NC}{3}$$

NF - Nota Final
NP - Nota da Prova de Conhecimento Específico
NC - Nota do *Curriculum Vitae*

Em caso de empate na nota final, o desempate ocorrerá em observância à maior nota obtida pelo candidato nas etapas do Processo Seletivo, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: (1º) Nota da Prova de Conhecimento Específico e (2º) Nota do *Curriculum Vitae*

17.5 VAGAS.

- 50 (cinquenta)
- Das vagas ofertadas, 5 (cinco) serão destinadas à UFPI, com o objetivo de atender o disposto na Resolução nº 227/2016 - CEPEX.

18. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.

A avaliação da aprendizagem enquanto estratégia de verificação do desenvolvimento no curso será feita por disciplina, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

A periodicidade, a modalidade e os instrumentos utilizados no processo de avaliação serão definidos pelo professor da disciplina, e indicados no programa das disciplinas, que deverá ser entregue ao aluno no início da aula.

A realização de provas de segunda chamada e o pedido de revisão de notas deverão ser requeridos pelo aluno, ou procurador habilitado, ao professor da disciplina em questão, através da Coordenação do Curso, com as devidas justificativas.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis), em todas as disciplinas, e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), vinculada, ainda, a aprovação, à apresentação de monografia e/ou artigo científico, escrito dentro das normas da ABNT, devendo esse trabalho de conclusão de curso ser apreciado por banca examinadora composta por 3 (três) professores integrantes do quadro docente da presente Pós-Graduação, e obter nota igual ou superior a 6,0 (seis).

19. CONTROLE DA FREQÜÊNCIA.

A avaliação do aproveitamento do estudante do curso será feita por disciplina ou atividade e levará em conta a assiduidade, estando automaticamente reprovado o aluno que não obtiver o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em cada disciplina.

A justificativa de ausência às aulas poderá ser feita pelo aluno ao professor da disciplina em questão, através da Coordenação do Curso, explicitando os motivos.

O aluno que tiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em uma disciplina será reprovado, cabendo ao professor ministrante o controle da frequência através do diário de classe.

O aluno que obtiver nota de aprovação na disciplina ou atividade, mas não atingir frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), será reprovado.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá obedecer às normas técnicas da ABNT, versar sobre um tema específico do curso e poderá ser direcionado para monografia e/ou artigo científico, sendo obedecida relação de até 05 (cinco) orientandos por professor e ser entregue impreterivelmente até 90 (noventa) dias a contar do término das aulas da última disciplina.

O aluno deverá entregar, até o encerramento da última disciplina, "Formulário de Orientação" assinado pelo professor-orientador.

A nota do trabalho final de conclusão de curso será o resultado da média aritmética da nota atribuída pelo orientador ao trabalho escrito e pela nota obtida na defesa oral, do trabalho, devendo atender ao conceito igual ou superior a 6,0 (seis).

21. CERTIFICAÇÃO.

O certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em ***Direito e Democracia***, a ser fornecido pela Universidade Federal do Piauí, deverá conter a indicação do ato legal de credenciamento do curso na instituição, a área de conhecimento do curso, e o respectivo histórico escolar, constando as seguintes informações:

Fl. Nº 114
Processo nº: 000766/17-99
Rubrica:

a) Relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno, nome e qualificação dos docentes responsáveis pelas disciplinas;
b) Período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;
c) Título do trabalho de conclusão de curso e nota obtida.

22. INDICADORES DE DESEMPENHO.

22.1 **Total de alunos a serem formados**

- 50 (cinquenta)

22.2. **Produção Científica**

O curso deverá incluir a produção científica em suas atividades integradoras e motivadoras, levando os docentes e discentes a desenvolver e elaborar o trabalho de conclusão de curso sob a forma de monografia ou de artigo científico.

22.3. **Aproveitamento**

A avaliação final do aproveitamento do aluno será feita qualitativa e quantitativamente, com atribuição de nota obedecendo a uma escala de 00 (zero) a 10 (dez).

A nota de aprovação de disciplina ou atividade será igual ou superior a 6,0 (seis).

23. PREVISÃO DE CRONOGRAMA PARA SELEÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO.

EVENTOS	INÍCIO	TÉRMINO
Período de Inscrição	03/07/2017	12/07/2017
Divulgação da Homologação das inscrições	13/07/2017	-
Apresentação de recursos do Resultado das Homologações	14/07/2017	-
Resultado da interposição de recursos	17/07/2017	-
Prova de conhecimentos específicos	18/07/2017	-
Divulgação do resultado da prova escrita	24/07/2017	-
Interposição de recursos da prova escrita	25/07/2017	-
Resultado da prova escrita após recursos	26/07/2017	-
Resultado da análise do currículo	28/07/2017	-

Interposição de recursos da análise do currículo	01/08/2017	-
Divulgação do resultado parcial	31/08/2017	-
Interposição de recursos do resultado parcial	01/08/2017	-
Divulgação do resultado final	02/08/2017	-
Matrícula	07/08/2017	09/08/2071
Início das aulas	21/08/2017	-

Raul Lopes de Araújo Neto
Coordenador Acadêmico